

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº                      , DE 2019**

(Do Sr. HUGO LEAL)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Cidadania sobre a utilização dos recursos públicos direcionados ao esporte, bem como das ações para a preservação da infraestrutura do legado olímpico.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado da Cidadania, o seguinte pedido de informações, no sentido de esclarecer esta Casa sobre:

- A. Prioridades de alocação de recursos públicos para a área do esporte;
- B. Administração, conservação e melhorias da infraestrutura do legado olímpico e os respectivos recursos utilizados;
- C. Plano de utilização das instalações olímpicas e paraolímpicas.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui as diretrizes gerais do esporte no Brasil, conhecida como Lei Pelé, determina que o Ministério do Esporte (pasta incorporada pelo Ministério da Cidadania) utilize seus recursos nos seguintes tópicos: I - desporto educacional; II - desporto de rendimento; III - desporto de criação nacional; IV - capacitação de recursos humanos; V - apoio a projeto de pesquisa, documentação e informação; VI -

construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas; VII - apoio supletivo ao sistema de assistência ao atleta profissional com a finalidade de promover sua adaptação ao mercado de trabalho quando deixar a atividade; VIII - apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

Dessa forma, há ampla discricionariedade para o Poder Executivo alocar os escassos recursos públicos no segmento esportivo. Nesse sentido, o primeiro objetivo deste requerimento de informações é compreender as prioridades da pasta para os próximos anos.

Em segundo lugar, pretendemos obter informações sobre a atuação da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), que sucedeu a Autoridade Pública Olímpica (APO), conforme a Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017, e que tem como principal diretriz viabilizar a adequação, a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas, constantes da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio 2016.

Portanto, dentro do papel constitucional desta Casa, de fiscalização das políticas públicas, solicito ao Sr. Ministro de Estado da Cidadania, informações relativas à fiscalização da AGLO e da projeção da utilização de verbas públicas no esporte.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

Deputado **HUGO LEAL**